

Concorrência Investigação no Congresso dos EUA deve servir de base para nova regulamentação

Gigantes de tecnologia serão questionados em Washington

Financial Times, de Washington e San Francisco

O grande evento deste verão nos Estados Unidos ocorre em Washington hoje, quando os presidentes da Amazon, Apple, Alphabet e Facebook vão prestar depoimento pela primeira vez juntos ao Congresso americano.

O ato é o ápice de 13 meses de investigações por parlamentares sobre o poder de mercado das chamadas "Big Techs", durante as quais 1,3 milhão de documentos foram recolhidos, alguns dos quais podem agora vir a público. A lista de queixas é longa e variada, mas as críticas direcionadas contra as quatro companhias, que juntas têm um valor de mercado de quase US\$ 5 trilhões, são de que elas usaram seu poder sobre os consumidores para esmagar a capacidade de competir de concorrentes menores.

Jeff Bezos, Tim Cook, Sundar Pichai e Mark Zuckerberg testemunharão por link de vídeo, evitando o usual ambiente de "tribunal", mas os quatro responderão às perguntas ao mesmo tempo.

A investigação produzirá um relatório após a audição, que deverá ser publicado antes do fim do ano e poderá formar a base de novas leis de regulamentação das "Big Techs". "O público tem o direito de entender como essas corporações estão usando, ou abusando, de seu poder, assim como o direito de agir para resolver esse problema", disse um assessor dos Democratas.

A apuração vem sendo conduzida paralelamente a operações federais, com o Departamento de Justiça investigando a Alphabet, a controladora do Google, e a Federal Trade Commission (FTC) investigando o Facebook. As duas companhias também são alvos de investigações dos procuradores-gerais de vários estados americanos.

Assessores da comissão Democrata querem que o depoimento no Congresso seja concentrado em questões antitruste, mas os presidentes das empresas também deverão enfrentar outros "abacaxis" políticos, incluindo como suas companhias policiam as manifestações on-line, seus comportamentos durante a crise do coronavírus e como estão abordando as eleições presidenciais de novembro.

Jeff Bezos, da Amazon, que estará testemunhando perante o Congresso americano pela pri-

Na berlinda

Gigantes de tecnologia são investigados por abuso de poder econômico nos EUA



Jeff Bezos, CEO da Amazon

Principal acusação contra a empresa: uso de dados comerciais de parceiros para desenvolver produtos concorrentes e vendê-los em sua plataforma. Também é acusada de privilegiar vendedores do site que contratam seus serviços, como o de entrega.



Tim Cook, CEO da Apple

Principal acusação contra a empresa: desenvolvedores de aplicativos que pagam para colocar seus produtos na Apple Store reclamam de concorrência desleal com aplicativos similares que a própria Apple desenvolve e expõe em sua loja virtual



Sundar Pichai, CEO da Alphabet e do Google

Principal acusação contra a empresa: domínio do Google sobre a publicidade on-line e uso dos mecanismos de busca para privilegiar seus produtos e serviços, como o YouTube



Mark Zuckerberg, CEO do Facebook

Principal acusação contra a empresa: domínio das redes sociais comprando concorrentes, como WhatsApp e Instagram, ou minando sua capacidade de competir

13 meses foi a duração das investigações no Congresso dos EUA sobre as quatro grandes companhias até a data dos depoimentos

1,3 milhão de documentos foram reunidos pelos parlamentares nessa apuração

US\$ 5 trilhões é o valor de mercado conjunto de Amazon, Apple, Alphabet e Facebook

meira vez, e Tim Cook, da Apple, enfrentarão a mesma linha de questionamentos: estão abusando do enorme poder que têm como guardiões de seus mercados?

No caso da Amazon, há uma série de acusações de que a companhia tem acesso a informações comerciais sobre produtos bem-sucedidos de terceiros que anunciam em suas plataformas e utiliza esses dados para desenvolver seus próprios produtos concorrentes, como a linha Amazon Basics.

O conselheiro-geral associado da Amazon, Nate Sutton, negou essa prática sob juramento diante da mesma comissão no ano passado. Mas os parlamentares exigiram que Bezos respondesse mais dúvidas depois de reportagens publicadas pelo "The Wall Street Journal", que também levaram a Amazon a abrir uma investigação interna.

Outras dúvidas podem incluir se a Amazon "encoraja" os vendedores parceiros a usar seus serviços de entrega, em vez dos Correios dos Estados Unidos ou empresas privadas como a FedEx, promovendo melhor os produtos que a própria Amazon entrega nas classificações de busca de seu portal.

A Apple também enfrenta

acusações, especialmente no mercado europeu, de abuso de sua posição. Os desenvolvedores de aplicativos reclamam que precisam pagar com uma parte de suas vendas para terem acesso aos usuários dos iPhone por meio da loja de aplicativos da Apple, mas depois se veem concorrendo com aplicativos similares da própria companhia.

Somente a Apple pode aprovar aplicativos para distribuição e a companhia é a única referência em qualquer reclamação dos parceiros. Não está claro como os aplicativos da loja são classificados e alguns dos programas pré-instalados da Apple não podem ser deletados dos telefones. A Apple também vem produzindo com frequência suas próprias versões de aplicativos independentes bem-sucedidos.

"Chamamos isso de 'milhares de cortes diferentes' — a Apple não usa uma única tática, há mil coisas diferentes que ela faz para controlar a experiência do usuário", disse Dan Volach, cofundador da Blix, uma desenvolvedora de softwares que processou a Apple no ano passado, alegando violação de patente e monopolição ilegal.

Além de questões de concorrência, Bezos também deverá ser

questionado sobre quantos de seus funcionários foram contaminados pelo novo coronavírus nos centros de distribuição da companhia, enquanto Cook deverá enfrentar perguntas sobre por que a Apple continua restringindo conteúdo e software na China e agora possivelmente também em Hong Kong.

O Facebook e a Alphabet enfrentam acusações de que assumiram um domínio total das redes sociais e das buscas on-line, expulsando do mercado ou comprando concorrentes.

Após as aquisições do WhatsApp e do Instagram, a única concorrência real a Mark Zuckerberg nas redes sociais vem da China, onde o banimento de seus aplicativos e sites abriu espaço para o surgimento de gigantes tecnológicas locais.

Zuckerberg deverá responder que as autoridades reguladoras aprovaram as duas aquisições na época, e que a concorrência existe com o YouTube e o Snap. Ele poderá até mesmo afirmar que conter o poder do Facebook agora seria dar vantagem a concorrentes chineses em crescimento acelerado, como o TikTok.

Não há falta de problemas a serem questionados pelo Congresso quando se trata da Alphabet. A

investigação ouviu empresas tão variadas como a Sonos, uma fabricante de alto-falantes, que alega que a companhia de buscas na internet roubou propriedade intelectual sua, e a Basecamp, uma fabricante de softwares que acusou o Google de ser um "esquema de extorsão" que força outras empresas a pagarem um preço alto para alcançar seus clientes.

Bem no alto da lista de questões das investigações federais e estaduais está o domínio do Google sobre a propaganda na internet, e se o mecanismo de busca desvia de maneira injusta negócios para os seus próprios mercados de anúncios.

Mas, se existe uma coisa que vem unindo muitos dos críticos da companhia, é a maneira como os resultados das buscas do Google colocam os serviços da própria empresa, como o YouTube, à frente da concorrência.

Enquanto isso, Facebook e Alphabet deverão ser atacadas por republicanos por terem um viés político desfavorável a eles, e por democratas, por não fazerem o suficiente para conter o discurso do ódio.

Want to read more from the FT? Sign up for a free corporate trial for you and your team at: www.ft.com/am730.

Atraso do Enem afeta 2,5 milhões de alunos

Ensino superior

Beth Koike São Paulo

O atraso no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que divulgará as notas das provas somente no fim de março, pode comprometer o ingresso de até 2,5 milhões de alunos no ensino superior privado em 2021, segundo levantamento da consultoria Educa Insights, que considerou em seus cálculos o volume de estudantes que entra na faculdade utilizando o Enem.

O setor está preocupado com o calendário do processo seletivo porque muitos alunos só fazem a matrícula após a publicação do resultado da prova do Enem, que neste ano teve 5,8 milhões de inscritos. A pontuação obtida na prova lhe possibilita conseguir uma bolsa do ProUni ou desconto na mensalidade. Quanto maior a nota, maior o abatimento. No entanto, iniciando as aulas somente em abril, o aluno corre o risco de não conseguir cumprir a carga horária exigida no semestre. Cada curso tem um mínimo de horas obrigatórias.

"No ano passado, 21% das matrículas foram feitas antes da divulgação das notas do Enem e 79% após a publicação", disse Daniel Infante, sócio da Educa Insights. No último processo seletivo, o Ministério da Educação (MEC) informou as notas no fim de janeiro. Para conseguir o Fies, programa de financiamento estudantil do governo federal, o aluno também precisa ter feito o Enem, considerando edições do exame a partir de 2010.

Segundo Infante, somente 20% dos alunos usam a nota das provas anteriores para ingressar na faculdade.

A pesquisa mostra ainda que 76% dos alunos entrevistados pretendem realizar o próximo Enem exclusivamente para obter desconto nas mensalidades e 9% buscam uma bolsa do ProUni, programa do governo para alunos carentes que concede isenções de 50% a 100% da mensalidade, conforme a pontuação obtida no exame.

Segundo estimativas da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), se o volume de ingressantes for muito pequeno ou nulo em 2021 (considerando os dois processos seletivos), a base total de matrículas pode ter queda de 20%.

A fim de amenizar o impacto, o setor está pleiteando ao governo federal que a concessão da bolsa do ProUni seja desvinculada da nota do Enem. "Estamos pedindo ao presidente Jair Bolsonaro essa desvinculação, que as instituições de ensino possam usar, por exemplo, as notas do seu próprio vestibular ou outros mecanismos", disse Celso Niskier, presidente da Abmes.

Segundo Niskier, além do atraso no ingresso dos alunos, que pode levar a muitos deles desistirem do curso e provocar queda na receita das instituições de ensino, outro problema é a reforma tributária que elevará a carga de impostos de 3% para 12% e deve provocar um aumento de 11% nas mensalidades.

A reforma promovida pelo governo retira ainda várias isenções das instituições de ensino que concedem bolsas pelo ProUni. Hoje, as faculdades ficam isentas de tributação ao concederem determinada quantidade de bolsas aos alunos carentes.

O volume de estudantes que pretende se matricular em cursos presenciais nesse segundo semestre caiu para 5% em julho contra 16% de abril. No curso a distância, o percentual ficou em 34%, estável em relação a três meses antes. "As instituições de ensino precisam se preparar porque os alunos estão adiando sua intenção de entrar no ensino superior. Entre os entrevistados, 41% disseram que só começam a estudar no primeiro semestre de 2021. Em abril, eram 33%", disse o sócio da Educa Insights.

Vendedores de 'marketplaces' são alvo de fiscalização da Fazenda de SP

Comércio eletrônico

Adriana Mattos De São Paulo

A Secretária da Fazenda e Planejamento de São Paulo montou ontem uma operação de combate aos vendedores ilegais de "marketplaces", shoppings virtuais que crescem aceleradamente no país, especialmente após início da crise gerada com a pandemia.

Batizada de Nosbor, a operação buscou combater a comercialização de produtos sem comprovação de origem e vendas e sem emissão de documentos fiscais no comércio eletrônico.

Cerca de 460 agentes fiscais de rendas das 18 Delegacias Regionais Tributárias do Estado de São Paulo fiscalizam simultaneamente 420 vendedores em 78 cidades.

Segundo a secretária, os 420 vendedores ativos (empresas) vendiam sem nota ou não tinha comprovação de origem das mercadorias. Desse total, mais da metade (237) eram da cidade de São Paulo.

Esse canal de venda do comércio eletrônico começou a crescer

no país nos últimos cinco anos e a expansão se intensificou durante o período de pandemia, em virtude das medidas de isolamento social. Grandes grupos varejistas controlam as operações líderes de marketplace no país.

A secretária estadual não informou para quais marketplaces esses comerciantes vendiam produtos.

Segundo o comunicado, o Fisco Paulista identificou que vários vendedores encaminhavam os seus estoques de produtos aos centros de distribuição de empresas donas dos marketplaces sem a devida comprovação de origem das mercadorias.

"Além disso, alguns deles não emitiam notas fiscais de venda, realizando a circulação de mercadorias sem o devido acompanhamento da documentação fiscal", diz o órgão na nota. "O Fisco Paulista identificou ainda que tais práticas são difundidas na internet através de vídeos e canais na plataforma Youtube, que ensinam como burlar a fiscalização remota e o erário, muitas vezes desdenhando dos acionamentos fiscais".

Na operação, essas empresas

emitiram notas a título de armazenamento (não para venda) no montante de R\$ 728 milhões de julho de 2019 a junho de 2020.

A secretária ainda diz que a ação também visava apreender mercadorias sem origem que eventualmente estejam armazenadas nos centros de distribuição dos "marketplaces".

As empresas precisam agora comprovar que atuam dentro da regularidade para não serem multadas. "Caso não consigam atender aos questionamentos do Fisco, os vendedores poderão ser multados em até 50% do valor das operações, além da cobrança do ICMS devido, entre outras consequências, como a apreensão das mercadorias e o desequilíbrio de ofício do Regime Simplificado de Tributação", explica no comunicado.

Paralelamente, em conjunto com a Receita Federal do Brasil, a Secretária da Fazenda e Planejamento também fez diligências em outras três empresas na cidade de São Paulo, que não fazem parte da Operação Nosbor. Mas que cometeriam práticas semelhantes às apuradas na ação.

Gosto amargo



O CEO global do McDonald's, Chris Kempczinski, disse ontem a analistas que a pandemia continua a causar incertezas e provocar pessimismo no consumidor. As operações da rede foram fortemente afetadas pelas medidas de isolamento social e pela

crise gerada pela covid-19 no segundo trimestre. O lucro líquido recuou 68%, em relação ao ano anterior, para US\$ 483,8 milhões, e a receita caiu 30%, para US\$ 3,76 bilhões. As ações da companhia fecharam em queda de 2,53% ontem na bolsa de Nova York.